

Comissão Arinos causa surpresa pelas inovações que já aprovou

Uma salada mista. Assim a Comissão Afonso Arinos é definida por muitos de seus conselheiros, que na medida em que começaram a discutir os primeiros capítulos do projeto da nova Constituição acostumaram-se a ter que lutar, palavra por palavra, por suas propostas. Com quatro capítulos — de um total de dez — votados depois de quase cem horas de sessões, a Comissão já redigiu mais de 150 artigos e surpreendeu até seus membros pelas inovações aprovadas.

Tendo 50 conselheiros e uma média de idade de 63 anos, a Comissão Afonso Arinos tem prazo até setembro para entregar o projeto pronto. Para isso será necessário outro esforço concentrado como o que está sendo realizado no Centro de Treinamento e Convenções (Centreon) do Ministério de Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis. A fim de cumprir esse prazo, os conselheiros não se incomodam de trabalhar até 12 horas por dia, mas não se privam de debater até a exaustão cada palavra.

Na Comissão formada, entre outros, por professores, advogados, economistas, religiosos, jornalistas e empresários — pelo menos metade deles candidatos à Constituinte — estão eternos inimigos políticos que convivem pacificamente e, não raras vezes, se unem na defesa de algumas propostas. Lado a lado, discutem, por exemplo, o Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, e o ex-Professor da Escola Superior de Guerra José Alberto Assunção, inimigos desde os tempos da UNE em Minas Gerais.

Duas palavras que acompanham a Comissão desde a sua instalação, em setembro do ano passado, foram "progressismo" e "conservadorismo." Agora, elas quase não são mais citadas. Mas a votação de artigos polêmicos muitas vezes precisa ser feita depois de discutida por subcomissões especiais designadas pelo jurista Afonso Arinos.

— O Presidente Sarney — diz Clóvis Ferro Costa, Deputado cassado em 64 — foi muito feliz na escolha da Comissão. Aqui estão representantes de todas as convicções e embora muitos tenham se conhecido há pouco tempo o nível do debate é muito bom e proveitoso.

Nem sempre, entretanto, as discussões terminam na aprovação de um artigo.

O relator do capítulo sobre a reforma econômica, Alberto Venâncio Filho, professor da Fundação Getúlio Vargas, não se conformou com as posições de alguns conselheiros e chegou a ameaçar abandonar os trabalhos. Até hoje a Comissão não recebeu o resultado final da votação

dos artigos daquele capítulo e está ameaçada de recorrer às gravações para recuperar o serviço.

Mesmo assim ficaram como saldo do Comitê sobre a Economia propostas inovadoras como o direito ao pleno emprego e a diminuição da diferença de renda e a redação de um artigo que permite a desapropriação para reforma agrária através de títulos públicos. Na proposta foi defendido também o subsolo nacional e o monopólio de petróleo, gás natural etc.

A satisfação diante do caminho seguido pela Comissão para a elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso no próximo ano pode ser medida pelo comentário do Professor Cândido Mendes, relator do Comitê dos Princípios Fundamentais da Ordem Constitucional, Organização Internacional e Declaração de Direitos.

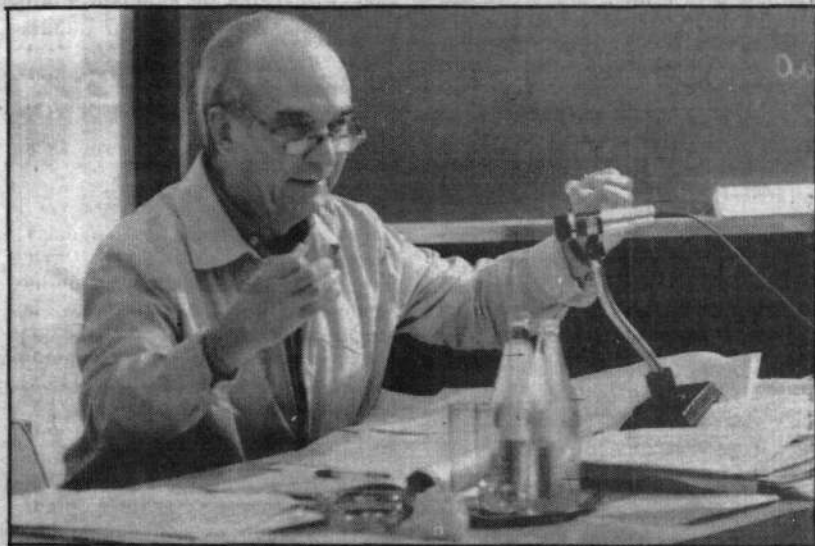
— Pela primeira vez — destacou ele — a Constituição poderá punir a tortura como crime inafiançável e insuscetível de anistia e prescrição. E o cidadão deverá ter acesso às informações a seu respeito, ficando assegurado seu direito de conhecer todos os registros informáticos que lhe dizem respeito.

Nenhuma proposta aprovada cau-

sou, entretanto, mais confusão do que o artigo que limita a exclusividade do exercício de profissão àqueles que possam causar risco ou dano grave ao indivíduo ou coletividade. Era uma proposta para acabar com a exigência de diplomas apenas para as profissões vinculadas à expressão direta do pensamento e das artes, enquadradas pelo autor do texto — jornalista Mauro Santana — como a de jornalista, escritor, ator etc.

A ponta do iceberg, segundo o reitor da Universidade de Brasília Cristovam Buarque, foi descoberta e a Comissão acabou por aprovar a exigência apenas para engenheiro calculista e médico. No dia seguinte foi aprovado um artigo que proíbe qualquer tipo de discriminação e recebeu o Reitor o comentário: "Se fosse aprovado o fim da exigência de diploma apenas para o jornalismo seria inconstitucional porque era uma discriminação."

● Cerca de quatro mil educadores em escolas públicas e privadas se reúnem a partir de hoje em Brasília para discutir os principais problemas do ensino e elaborar subsídios que serão levados à Constituinte. O tema do encontro — "Educação, sociedade e participação" — será abordado na abertura da reunião pelo Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida.



Cândido Mendes se diz satisfeito com os trabalhos da Comissão

Proposta: praia será bem da União

A Comissão Afonso Arinos deverá aprovar nos próximos dias artigo para a sua proposta de Constituição pelo qual as praias marítimas serão incluídas entre os bens da União. Essa providência, segundo o autor do dispositivo, ex-Deputado Ferro Costa, "será um golpe contra a especulação imobiliária". Os trabalhos da Comissão serão reabertos amanhã, terça-feira. Seus membros também se comprometeram a aprovar proposta do ex-Deputado Laerte Vieira para que as capitais do Maranhão (São Luís),

Espírito Santo (Vitória) e de Santa Catarina (Florianópolis), situadas em ilhas, sejam transferidas do domínio da União para a posse de seus respectivos Estados. Outra proposta que deverá ser aprovada esta semana prevê que o espaço aéreo também passa a ser bem da União.

Vários conselheiros passaram o fim-de-semana no Centro de Treinamento de Itaipava, onde a Comissão realiza seu esforço concentrado.